

## **RAÍZES DO MITO DA BRANQUITUDE NO RIO GRANDE DO SUL, UM OLHAR PELA OBRA DE JORGE SALIS GOULART**

## **RAÍCES DEL MITO DE LA BLANCURA EN RIO GRANDE DO SUL, UNA MIRADA A LA OBRA DE JORGE SALIS GOULART**

## **ROOTS OF THE MYTH OF WHITENESS IN RIO GRANDE DO SUL, A LOOK AT THE WORK OF JORGE SALIS GOULART**

**Maurício Lopes Lima<sup>i</sup>**  

**Resumo:** O artigo revisita uma obra clássica do pensamento histórico e sociológico do Rio Grande do Sul, *A Formação do Rio Grande do Sul*, de 1927, de Jorge Salis Goulart, um influente intelectual gaúcho que, com esta obra, oferece um paradigma importante para a interpretação da formação da sociedade sulina, e contribui para uma construção ideológica que perdura contemporaneamente sobre uma representação embranquecida do Rio Grande do Sul. O foco é demonstrar como a obra introduz, pela primeira vez, uma leitura racializada do Rio Grande do Sul, reproduzindo, naquele contexto, o debate contemporâneo sobre raça. Ao mesmo tempo, procura-se demonstrar o quanto essas interpretações foram fortemente ideológicas e, no limite, distorceram a realidade empírica, contribuindo para exercer uma violência simbólica quanto à representação do negro na sociedade sul-rio-grandense.

**Palavras-chave:** Jorge Salis Goulart; Negro; Racismo; Rio Grande do Sul.

**Resumen:** El artículo revisita una obra clásica del pensamiento histórico y sociológico de Rio Grande do Sul, *A Formação do Rio Grande do Sul*, de 1927, de Jorge Salis Goulart, influyente intelectual riograndense que, con esta obra, ofrece una importante paradigma para la interpretación de la formación de la sociedad sureña, y contribuye a una construcción ideológica que continúa hoy sobre una representación blanqueada de Rio Grande do Sul. El objetivo es demostrar cómo la obra introduce, por primera vez, una lectura racializada de Rio Grande do Sul, reproduciendo, en ese contexto, el debate contemporáneo sobre la raza. Al

---

<sup>i</sup> Doutorando pelo PPGH/UPF da Universidade de Passo Fundo. Mestre pelo mesmo programa. Graduado e especialista em história pela Universidade Federal de Santa Maria. Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES.

mismo tiempo, buscamos demostrar cómo estas interpretaciones fueron fuertemente ideológicas y, en el límite, distorsionaron la realidad empírica, contribuyendo a ejercer violencia simbólica sobre la representación de los negros en la sociedad de Rio Grande do Sul.

**Palabras clave:** Jorge Salís Goulart; Negro; Racismo; Rio Grande do Sul.

**Abstract:** The article revisits a classic work of historical and sociological thought from Rio Grande do Sul, *A Formação do Rio Grande do Sul*, from 1927, by Jorge Salis Goulart, an influential intellectual from Rio Grande do Sul who, with this work, offers an important paradigm for the interpretation of the formation of southern society, and contributes to an ideological construction that continues today on a whitened representation of Rio Grande do Sul. The focus is to demonstrate how the work introduces, for the first time, a racialized reading of Rio Grande do Sul, reproducing, in that context, the contemporary debate on race. At the same time, we seek to demonstrate how these interpretations were strongly ideological and, ultimately, distorted empirical reality, contributing to exerting symbolic violence regarding the representation of black people in Rio Grande do Sul society.

**Keywords:** Black people; Jorge Salis Goulart; Racism; Rio Grande do Sul.

## INTRODUÇÃO

Ao longo do ano de 2004, a rede de televisão RBS/TV, filiada da rede Globo no Rio Grande do Sul, produziu um documentário sobre a colonização, por emigrantes deste estado, das regiões oeste de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Amazônia Legal, que denominou *A Conquista do Oeste*. O documentário foi exibido em episódios semanais em “horário nobre” na TV aberta, no telejornal mais assistido no Rio Grande do Sul, *Jornal do Almoço*, e apresentou uma clara linguagem ufanista e triunfalista quanto à projeção da imagem do homem sul-rio-grandense, identificado por “gaúcho”, como sinônimo de vencedor, perseverante, promotor do progresso, da civilização, aquele que triunfa sobre a adversidade e leva seus costumes e sua cultura a essas novas terras colonizadas.

Os produtores apresentaram uma miscelânea de características desse “gaúcho”. Do ponto de vista étnico, predomina a representação do descendente de europeus: alemães,

italianos, poloneses, etc. Ao mesmo tempo, do ponto de vista cultural e histórico, são apresentados aspectos típicos da “cultura do gaúcho” – a partir dos cânones clássicos estabelecidos pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) – e que, contraditoriamente, são historicamente estranhos aos descendentes de imigrantes brancos, que chegaram ao Rio Grande do Sul apenas no final do século XIX.

Trouxe esse exemplo para ilustrar como existe uma leitura, que está gravada no “senso comum” da sociedade sul-rio-grandense, de que alguns elementos humanos particulares definiram sua formação. Essa leitura pertence ao conjunto simbólico que forma aquilo que já está definido, que é um patrimônio, que não se sabe bem como ou porque é verdadeiro e, portanto, é tacitamente aceito. Uma dessas ideias é a de que o Rio Grande do Sul é um estado diferente do *resto* do Brasil, sendo um dos elementos de sua distinção a existência, no passado e no presente, de um contingente populacional branco dominante, de origem europeia recente.

A proposta do presente texto, portanto, é usar uma obra clássica do pensamento historiográfico e sociológico gaúcho, *A Formação do Rio Grande do Sul*, de Jorge Salis Goulart, para demonstrar que esse tipo de interpretação tem longo período de gestação, e houve, desde há bastante tempo, um esforço narrativo para a construção dessa representação social embranquecida do Rio Grande do Sul. Neste sentido, conhecer a história e a historiografia do Rio Grande do Sul pode nos ajudar a compreender o problema.

Jorge Salis Goulart nasceu no último ano do século XIX, em Bagé, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Foi na cidade de Pelotas, porém, que este importante intelectual sul-rio-grandense se fez enquanto “homem de letras”. Salis Goulart era oriundo de setores médios urbanos. Mesmo não sendo da aristocracia terratenente sul-rio-grandense, sua família possuía prestígio social. Seu pai, Virgílio Goulart, era agrimensor, profissão para a qual era necessária formação superior. Pela ascendência materna, também trazia algum prestígio social, através de um tio farmacêutico e outro coronel do Exército que, à época, não eram profissões acessíveis a qualquer estrato social.

Aos quinze anos, Salis Goulart mudou-se para Pelotas para estudar no Ginásio Pelotense. A formação foi em Direito, também em Pelotas, no curso aberto em 1913, possibilitando à aristocracia local um centro de formação próximo e, aos setores sociais médios, sem condições de ir estudar longe, uma oportunidade de conseguir um título de bacharel. Salis Goulart se formou em 1922. (Martins, 2011, p. 65).

A inteligência de Salis Goulart logo se destacou e o levou a ocupar espaços privilegiados em meio à juventude acadêmica de Pelotas. Ainda na faculdade, em 1919, trabalhou como redator-chefe do jornal estudantil *O Acadêmico* e tornou-se correspondente da revista acadêmica *Ariel*, de Montevideu. Desde sua fase acadêmica, portanto, foi direcionando sua atuação para o jornalismo. Jefferson Martins propõe que a atuação no jornal acadêmico propiciava um aprendizado também político na profissão jornalística que, de forma geral, era uma posição subalterna na hierarquia social, ainda mais para alunos que não tinham origem abastada, de famílias tradicionais. Nestas condições, o trabalho no jornal acadêmico era uma tribuna para os alunos mostrarem algum talento e expressarem uma visão comprometida com a reprodução da ordem social. (Martins, 2011, p. 67)

Em 1922, já formado, assume a posição de redator-chefe do *Jornal da Manhã*, o qual dirige até 1925, quando o jornal é extinto, possibilitando, segundo Jefferson Martins, o aumento de seu “capital social”. A imprensa pelotense era reconhecidamente qualificada, possuindo importantes redes de relações políticas e intelectuais. Simultaneamente à chefia de redação do *Jornal da Manhã*, Salis Goulart passou a ser correspondente do jornal porto-alegrense *Diário de Notícias*. Em 1927, mesmo ano da publicação de *A Formação do Rio Grande do Sul*, já intelectual reconhecido, Salis Goulart assume a direção do jornal pelotense *O Diário Popular*, além da correspondência do jornal *A Federação*, da capital do estado. Estes dois jornais eram os órgãos oficiais do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

No Rio Grande do Sul, a *Livraria do Globo* era a principal livraria-editora do período. Sob a direção do escritor Mansueto Bernardi, de 1925 a 1930, nenhum livro que não abordasse o Rio Grande do Sul foi publicado. (Martins, 2011, p. 113) É importante destacar a influência da atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), desde o início da década de 1920, que assumia para si a tarefa de (re)construir a identidade do Rio Grande do Sul alinhada com a identidade brasileira. Nessa perspectiva, o ensaísmo histórico se impôs como gênero privilegiado da produção intelectual porque trazia, também, uma missão política.

Os relatórios de produção da Livraria do Globo apontam, desde meados da década de 1920, para o aumento e a valorização social de um gênero intelectual [sic]: os ensaios de história e ciências sociais. De 1925 a 1929 a Livraria editou 34 volumes dentro do “gênero” ciências sociais e econômicas, que correspondia a 16,7% de toda a produção. Este incremento do ensaísmo histórico e social tem a ver com o papel do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que, desde 1920, iniciou o processo de institucionalização do saber histórico que resultou na valorização da história como “gênero” intelectual mais elevado que os demais e,

SEMINA - REVISTA DOS PÓS-GRADUANDOS EM HISTÓRIA DA UPF – ISSN: 2763-8804

V. 23, N. 2, P. 69-91, MAIO-DEZEMBRO, 2024

também, propiciou ao Instituto se tornar uma das principais instâncias de legitimação [...] Ao impor sua legitimidade como Instituição, o ingresso ao IHGRS tornou-se objetivo da aspiração de todos aqueles que desejavam uma posição reconhecida no campo intelectual local. (Martins, 2011, p. 116-117)

Atento a essa agenda, em 1927, Salis Goulart lançou *A Formação do Rio Grande do Sul*, que teve alta repercussão e boa aceitação local e nacional. Com o êxito obtido em seu primeiro ensaio sociológico, Salis Goulart garantiu acesso ao IHGRS, em 1928.

Jorge Salis Goulart morreu em 1934, aos 35 anos, o que abreviou sua carreira e possibilidade de consolidação intelectual. Em 1956, o jornalista Carlos Reverbel publicou, no jornal *Correio do Povo*, uma pesquisa a respeito das obras fundamentais da bibliografia sul-rio-grandense. Os critérios não eram direcionados, ficava a cargo do próprio intelectual consultado a escolha das obras. Foram ouvidos nomes de peso das “letras sul-rio-grandenses”, boa parte dos quais pertencentes aos quadros do IHGRS. Entre os consultados, listavam, por exemplo, Alcides Lima, Arthur Ferreira Filho, Carlos Galvão Krebs, Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Dante de Laytano, Guilhermino Cesar, Walter Spalding, entre outros. O livro de Salis Goulart foi o quarto mais lembrado. (Martins, 2011, p. 123-124)

O livro *A Formação do Rio Grande do Sul* é dividido em dez capítulos. Nos sete primeiros, o autor avalia aspectos da formação social e política do estado e, nos três últimos, arrisca-se em algumas previsões para o futuro desta sociedade. Consideramos o livro de Jorge Salis Goulart uma das obras mais importantes para pensar a questão racial no Rio Grande do Sul por dois aspectos. Em primeiro lugar, pelo fato de o autor dedicar uma atenção central ao fator racial na fórmula sociológica elaborada para explicar a formação sulina. Em segundo lugar, pelo viés explicitamente vexatório com que percebe a presença da população negra e, neste passo, procura anulá-la de duas maneiras: primeiro, negando a dimensão da luta de classes, das contradições e tensões sociais do sistema escravista; e, em seguida, enquadrando o negro como raça inferior.

## **UM MUNDO IDÍLICO: SEM TENSÃO, SEM PATRÃO, SEM EXPLORAÇÃO**

Jorge Salis Goulart apresenta uma visão social de mundo conservadora, simpática ao latifúndio e alinhada às classes dominantes. Através desse aspecto ideológico, no sentido liberal conservador, o autor faz o elogio da civilização agrária e mostra a estância como a célula fundamental da sociedade sulina. Além disso, essa visão de mundo liberal, de uma

maneira indireta, leva à eliminação do negroem sua leitura da sociedade sul-rio-grandense, quando remete à própria negação do trabalho escravizado, da tensão social, da contradição de classes.

O autor elogia a força progressista e civilizacional da agricultura. Constata que as regiões agrícolas são muito mais povoadas que as zonas pastoris e decreta, de forma um tanto melancólica, que:

É fácil, pois, adivinhar-se a direção que vai tomar, de hoje em diante, o povoamento do Rio Grande do Sul: serão procuradas, de preferência, pelos agricultores as grandes regiões florestais, até que um dia, restando apenas as extensas estepes, estas tenham de entregar o seio fecundo à charrua e à enxada. (Goulart, 1985, p. 25)

Mesmo constatando a inexorável imposição da agricultura e a decadência econômica do mundo pastoril, prepara o território para, emseguida, reconhecer na estância a célula democrática da formação sulina. Enquanto célula social do Rio Grande do Sul, o latifúndio pastoril é apresentado como unidade orgânica onde a interação entre proprietários e trabalhadores não seria pautada por relações exatamente dessa natureza clássica.

A estância é apresentada como um misto de clã e organização patriarcal. O fato de inexistir pequena propriedade alternativa à estância obrigava todos a agregarem-se ao estancieiro. Longe de significar submissão, haveria entre chefes e empregados, “pela natureza das ligações amistosas”, uma relação patriarcal, “onde o patrão se entrega com seus subordinados aos trabalhos da comunidade”. (Goulart, 1985, p. 28) Devido à relação patriarcal e à unidade orgânica e coesa da estância e, diante da inexistência de vínculos de parentesco entre chefes e agregados, esse organismo social assumiu a característica de um clã. Ao mesmo tempo, o “sentimento público” e o “espírito provincial” venceram a tendência à coesão absoluta do clã, permitindo uma profunda solidariedade política entre as estâncias e seus respectivos líderes.

Quanto a esse ponto, de atribuir a sustentabilidade das relações de trabalho nas estâncias a uma organização patriarcal, é importante dizer que a tese da não coerção do cativo e as relações de trabalho baseadas na amizade e na confiança ampara-se na ideia de que, na estância, a única forma de trabalho existente era o trabalho campeiro. Ao contrário, a aplicação do trabalho escravo, nas estâncias, dava-se, sobretudo, nas atividades agrícolas subsidiária à criação (Osório, 2006). E, nesta atividade, havia sim duras condições de

trabalho, sob controle e coerção à criação (Osório, 2006).

Como explicar enquanto democrática uma sociedade marcada pela gigantesca propriedade centralizada que era a estância? Além disso, em que a exploração econômica foi marcada pela presença do cativo? Entram na receita argumentos adjetivantes como “altivez tradicional do gaúcho”, “felicidade inata”, “não haver no estancieiro egoísmo”, além de qualidades de caráter que colocam o “gaúcho”, mesmo humilde e despossuído, como sujeito independente e insubmisso à tirania e à injustiça; “o rio-grandense não tem aquele aspecto humilde, desconfiado e gregário das populações centrais: é mais ativo, mais independente, mais individualista”. (Goulart, 1985, p. 29)

Para Salis Goulart, que em sua produção ideológica vincula-se à visão de mundo liberal-latifundiária – embora suas manifestações político-partidárias não tenham feito oposição ao positivismo, ao contrário, fez o elogio aos líderes positivistas Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros –, a essência da sociedade sul-rio-grandense é rural. (Goulart, 1985, p. 153-174). Para ele, a própria colonização definiu essa fisionomia pela ação da família agrícola açoriana e pela determinação geográfica da pampa, que impôs o latifúndio. As cidades se constituíram meros reflexos do campo, pois foi daí que veio sua estabilidade, seu sustento e seus dirigentes políticos. Aliás, esta tese tem sua elaboração original na obra clássica de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), *Facundo: Civilización y Barbarie em las pampas argentinas*, de 1845, em que o político argentino se opõe às visões liberais que queriam implantar uma modernização baseada em ideias europeias sem conhecer as entranhas do país, onde, para Sarmiento, estava a expressão autêntica da pampa indomada. (Sarmiento, 1988). Para Salis Goulart,

Foi, incontestavelmente, a campanha que elaborou toda a originalidade rio-grandense. Foi ela que com seu efeito nativo e seu espírito próprio reagiu sobre a organização artificial dos centros populosos, dando a todo povo rio-grandense o seu verdadeiro sentimento coletivo. (Goulart, 1985, p. 37)

A tese da formação democrática é sustentada por um discurso marcadamente liberal e conservador. Nessa estratégia, a democracia é apresentada como conciliação de interesses entre opostos, sejam classes ou raças. Para Salis Goulart, como resultado deste clima de integração atávico, “o empregado, não criando como não criava interesse de oposição com o patrão, identifica-se com ele, torna-se seu amigo e, por assim dizer, seu igual.” (Goulart, 1985, p. 41) Essa “democracia dos pampas”, que se sustentava unicamente na conciliação de

interesses e na inexistência do conflito, leva à minimização da importância da exploração do trabalho e, principalmente, à anulação da carga ideológica de interesses classistas distintos entre mandatários e subalternizados.

Tendo cada homem assegurada a sua razão cotidiana, tal era abundância dos gêneros de consumo, as causas de conflitos individuais, determinados pelas lutas econômicas, não se verificaram. [...] As lutas motivadas por interesses materiais eram quase inexistentes, o que permitia que a sociabilidade, isenta de qualquer tropeço, se desenvolvesse com franqueza. (Goulart, 1985, p. 86)

Se, de acordo com uma visão materialista histórica, o trabalho produz as sociedades humanas, as relações de produção – nas quais interagem as forças produtivas e os proprietários dos meios de produção – parecem ter sua importância reconhecida por Salis Goulart, porém, numa perspectiva ideológica conservadora. O ponto central do conceito de democracia sustentado por ele está ancorado nas horizontais e flexíveis relações de trabalho. O conceito de relações de produção ou relações trabalhistas é substituído pelo conceito de cooperação voluntária.

Em vista da espontaneidade do trabalho dos subalternos das estâncias, diante da inexistência de qualquer coação tendente a explorar o trabalho alheio, assistimos a uma verdadeira cooperação voluntária, idêntica à teoria sociológica de Spencer. (Goulart, 1985, p. 41)

A tese da cooperação voluntária de Herbert Spencer (1820-1903) é uma ideia antiescravista. Aliás, é bom esclarecer que liberalismo e escravidão se excluem, embora isso não queira dizer que os liberais brasileiros fossem antiescravagistas, inclusive Salis Goulart. Mas Salis Goulart não faz a defesa da instituição escravista, ao contrário, tenta negá-la, tenta apresentar as relações de trabalho no Rio Grande do Sul marcadas, mesmo em plena era escravista, por características tipicamente liberais. A ideia de cooperação voluntária nada mais é do que a aplicação da doutrina do livre mercado à organização social.

Podemos ver, a partir de passagens como essas, que não há qualquer vestígio de que a formação do Rio Grande do Sul se deu através da exploração e coação de trabalhadores escravizados. Com essas premissas do liberalismo clássico, poderíamos nos perguntar: de qual sociedade mesmo Salis Goulart está falando?

Para Salis Goulart, o espírito democrático que caracteriza o “gaúcho” teria se formado anteriormente à consolidação da instituição escravista no Rio Grande do Sul,

negando, portanto, a historicidade dos homens que colonizaram este território já que vinham de regiões escravocratas, como São Paulo e Minas Gerais, e que a presença do cativo negro esteve associada já às primeiras incursões no território sulino. (Maestri, 2006, p. 43-51) A democracia rio-grandense teria produzido relações peculiares com a escravidão, tratando o trabalhador reduzido a esta condição sem crueldade: “[...] a democracia rio-grandense, por conseguinte, adoça, humaniza entre nós a nefanda instituição que *outros povos* criaram e exploram.” (Goulart, 1985, p. 48, Grifo meu)

Tais ideias foram resgatadas e aproveitadas, de alguma forma, pela historiografia posterior que transformou este discurso na expressão de que no Rio Grande do Sul a escravidão teria sido branda, a produção não seria fruto do trabalho e sim de atividades encaradas como diversão e, por tudo isso, o escravizador e a estância, enquanto espaço de produção diferenciado, teriam proporcionado relações democráticas de convívio e flexíveis e agradáveis de produção. (Maestri, 2013)

## ENFRENTANDO O “PROBLEMA DAS RAÇAS”

Jorge Salis Goulart não evitou o enfrentamento da questão mais delicada e constrangedora para a historiografia sul-rio-grandense, no que diz respeito à construção da identidade étnico-histórica do Rio Grande do Sul: a contribuição do africano e dos afrodescendentes e sua miscigenação com o branco. Certamente, uma mudança de postura que marcou as três primeiras décadas do século XX estava na preocupação com os ex-escravos que estavam em processo de proletarização. Havia uma grande inquietação dos intelectuais nacionais com os novos rumos do Brasil e qual seria o papel da imensa massa de *negros* e mestiços na incursão do Brasil na sociedade moderna.

É interessante notar que Salis Goulart publica *A Formação do Rio Grande do Sul* em 1927, período da hegemonia do fascismo e ascensão do nazismo na Europa, que só arrefecem após o término da Segunda Guerra, em 1945. O período de ouro da elaboração das teorias racistas foi o final do século XIX, mas, no Brasil, até meados da década de 1930, tais teorias eram ainda dominantes, com raras exceções – Manuel Raimundo Querino (1851-1923), Manoel Bomfim (1868-1932). A avaliação que Salis Goulart faz da questão racial é pautada naquelas teorias racistas que viam o africano como raça inferior e eram bastante pessimistas diante do fenômeno da miscigenação.

Por volta da década de 1870, tomaram força no Brasil teorias raciais oriundas da ciência europeia imperialista. Essas teorias foram reapropriadas tendo em vista as representações vigentes na época de que o Brasil seria um país mestiço e, por isso, singular. A singularidade era vista de forma extremamente pessimista, pois a presença de raças inferiores, principalmente o enorme contingente negromisturado, estava degradando a civilização brasileira e condenando o seu futuro. (Moura, 1990)

A miscigenação brasileira, nesse período, é questão de muita polêmica já que precisava dialogar com o determinismo, o evolucionismo e o racismo implicados na apropriação de tais teorias. Silvio Romero (1851-1914) é um dos primeiros intelectuais brasileiros a tratar do tema. É ele o primeiro formulador sistemático da clássica fórmula da complementaridade das três raças: índio, negro e branco. Rodolfo Vilhena evidencia que há uma valorização da mestiçagem na obra de Romero, porém, ainda numa perspectiva racista, embasada na ideologia do branqueamento. (Vilhena, 2012, p. 9)

Ainda deve-se destacar a influência do pensamento de intelectuais como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Euclides da Cunha (1866-1909). Inclusive, *Os Sertões*, de Euclides, é citado por Salis Goulart. Atuando na virada do século XIX, eles, ao contrário de Romero, interpretavam a miscigenação com um caráter completamente pessimista e como fator de inferioridade e degradação do “homem brasileiro”. Esses autores, colocando-se como seguidores de Romero, acabaram por contestar sua tese simpática à miscigenação e à integração racial. Partindo para a antropologia e para a psicanálise, Nina Rodrigues considerava que o africano-negro possuía uma inferioridade natural, um desenvolvimento incompleto que o tornaria semelhante a uma criança. Condena o negro brasileiro, assim como o mestiço, que carregavam a ancestralidade bárbara africana e nunca seriam capazes de chegar ao nível da civilização europeia. Euclides, pautado no determinismo físico-geográfico, em forma geral, também defendeu a degradação do mestiço. (Vilhena, 2012, p. 9-10)

Outro autor racista que merece destaque é Oliveira Vianna (1883-1951), este que foi uma referência certa para Salis Goulart, já que possuíam, inclusive, uma correspondência intelectual. (Martins, 2011, p. 122) Salis Goulart também cita o livro *Evolução do Povo Brasileiro*, de Oliveira Vianna, que, entre outros do autor, foram suas referências para o assunto das raças.

Oliveira Vianna produziu uma obra que estudou ampla e cuidadosamente o caldeamento formador do povo brasileiro. Em relação ao africano, valorizou as diferenças

entre as diversas nações que compõem a raça negra. O *negro brasileiro* é visto sempre em comparação com as tribos africanas e seus tipos característicos, que variavam em termos de qualidade genética. O “negro puro” nunca poderia assimilar completamente a cultura branca europeia, no máximo imitar os hábitos e costumes do homem branco, porém, sobre o mestiço, tinha uma percepção diferenciada. Para ele, ainda que a raça negra fosse inferior, a seleção dos tipos eugênicos de cada raça e a preponderância do componente branco no sangue do mestiço poderia solucionar o problema da qualificação civilizatória do povo brasileiro.

Voltando-se, em primeiro lugar, para o assunto da identidade étnica, um aspecto muito evidente quando Salis Goulart fala do perfil das raças que formaram o Rio Grande do Sul é a preocupação em afastá-lo do vizinho platino.<sup>1</sup> No caso de Salis Goulart, é evidente a preocupação em afastar, por diferentes aspectos, a formação sul-rio-grandense da formação platina. Evidentemente, interessa aqui, o argumento racial utilizado por ele.

O Rio Grande do Sul é visto como uma “babel de raças”, destacando-se a clássica tríade racial, que o autor busca em Oliveira Vianna, composta pelo “africano”, o “branco” e o “indígena”. A estratégia seguida no livro é minimizar, de todas as formas possíveis, as raças africanas e indígenas, salientando o alto índice de brancos. Nessa tarefa, mostra o Rio Grande do Sul como sociedade peculiar, reduto definitivamente brasileiro, sendo necessário, porém, marcar a diferença racial de um Rio Grande do Sul branco para um Brasil mestiço. Significativamente, este ponto é considerado pacífico e sequer merece análise no texto. O autor limita-se apenas a afirmar tal proposição, inclusive pelo fato de sua opinião estar avalizada na incontestável autoridade de Oliveira Vianna.

Desde logo chegamos à convicção de que três raças distintas se vão formar através do grande território que a clarividência lusa pode conquistar e conservar unido e forte: o extremo norte mais indígena, o centro mais africano, o extremo sul mais branco. (Goulart, 1985, p. 177)

Esforço maior é concentrado, como afirmamos, para mostrar as diferenças entre os povos rio-grandense e platino a partir de sua composição étnica. O ponto comparativo central com o Prata se dá, principalmente, pela exploração da diferença do percentual de indígenas, bem como de sua miscigenação com o branco, que, para Salis Goulart, marca os dois povos. O autor faz uma avaliação comparativa entre “períodos iguais” da “psicologia” de “fenômenos revolucionários” nas duas sociedades que, “devido à qualidade racial” de seus respectivos povos, teriam assumido rumos completamente diferentes: “enquanto em 35, aqui

predomina a piedade, lá se salienta a desordem perversa.” (Goulart, 1985, p. 104)

O autor apresenta números demográficos do Rio Grande do Sul e do Prata para o início do século XIX, onde procura minimizar a presença de negros, indígenas e mestiços na província brasileira e potencializar sua contribuição na região do Prata. Mais à frente voltaremos aos dados demográficos apresentados no livro, por agora basta observar que a narrativa construída a partir desses dados é deliberadamente ideológica, pois, com números muito semelhantes para os dois povos, coloca-os em posições valorativas diametralmente opostas. Enquanto no Rio Grande do Sul, predominaria a raça branca, no Prata, “sobrepõem os elementos inferiores com a profunda mestiçagem.” (Goulart, 1985, p. 105)

A avaliação de Salis Goulart é tão comprometida que a análise feita dos dados é incompatível e ambígua. Por exemplo, para o Vice-reinado do Prata, no início do século XIX, ora diz que havia 20% de negros, logo à frente, porém, apresenta o seguinte número: 300.000 habitantes, sendo 30.000 deles negros, ou seja, apenas 10%. Contraditoriamente à sua análise, mostra que o número de negros para o Rio Grande do Sul, no mesmo período, era de 29%.

Em relação à miscigenação com o índio, sua avaliação também é muito confusa e contraditória. Destaca que “a mescla com o elemento indígena do Rio Grande do Sul foi insignificante em comparação com o que se observa nas colônias espanholas. Se bem que essa mestiçagem fosse, até certo ponto, apreciável entre nós.” (Goulart, 1985, p. 102) No capítulo oito, dedicado ao “problema das raças”, admite que a miscigenação com o “índio” no Rio Grande do Sul foi significativa, algo que parece uma estratégia de ceder diante do quadro inegável de alta miscigenação. Possivelmente, compreendia que a mistura com o indígena era menos degradante do que com o negro, mesmo assim, apresenta visão extremamente pessimista da mistura racial.

Ora, não é indiferente para o estudo da psiquê de um povo a maior ou menor dose de mestiçagem que ele contém. Quando os elementos superiores existem em tão grande número como no Rio Grande do Sul, são eles, certamente, que imprimem ao ritmo da história esse cunho altamente humano que é apanágio dos povos de sentimentos cristãos. A revolução de 35 foi um movimento social produzido por uma considerável maioria branca, ao passo que os fenômenos caudilhescos do Prata foram executados por um número enorme de mestiços. (Goulart, 1985, p. 105)

Salis Goulart procura amparo nos clássicos da antropologia física para avaliar “a psicologia dos mestiços e sua influência social sobre a formação dos povos.” (Goulart, 1985, p. 105) Todo o instrumental teórico clássico das teorias racistas tem espaço garantido em sua

fórmula explicativa para a formação da sociedade sul-rio-grandense. Amparado em teóricos consagrados do determinismo racial, sua avaliação da miscigenação é negativa.

Muitos autores afirmam que o mestiço é inferior a qualquer dos seus genitores. Assim, dizem que o mulato é, pelo físico e pelo intelecto, inferior ao negro e ao branco. Topinard pesou vários cérebros de brancos, de negros e de mulatos, chegando à conclusão de que o cérebro deste último é sempre menos pesado. Gobinaud e Humboldt, se por um lado julgavam que o mestiço significa um progresso em relação às raças inferiores, por outro, acoimam-no de rebaixar extraordinariamente os tipos superiores. (Goulart, 1985, p. 105-106)

Seguindo o modelo padrão da determinação racial, vincula a suposta inferioridade biológica dessas raças a respectivas qualidades morais. Não existiria, também, possibilidade evolutiva física e, ainda menos, moral na mistura racial. Em sua visão, a psicologia do mestiço herda caracteres antagônicos, construindo uma “verdadeira ‘assimetria psíquica’”. Haveria no mestiço uma “justaposição de caracteres atávicos” levando-o à “instabilidade” e à “volubilidade”. Conclui à moda de Nina Rodrigues, que “são, por isso, fracos de vontade, distinguindo-se por uma insuficiência de ‘senso moral’”. (Goulart, 1985, p. 106)

A concepção racista das sociedades humanas tem longo curso no pensamento ocidental. O conceito de raça humana, numa “concepção científica”, surgiu no início do século XIX. O desdobramento do darwinismo nas sociedades humanas denominou-se “darwinismo social” ou “teoria das raças”, totalmente estranho ao seu pretense pai. Darwinistas sociais viam de forma bastante pessimista a miscigenação, pois raças humanas seriam fenômenos evolutivos acabados – ideologicamente deturpando a teoria de Darwin, para o qual não havia evolução acabada – e, portanto, com qualidades e defeitos imutáveis. Nessa perspectiva, o cruzamento de “raças puras” constituiria um resultado nefasto. O mestiço, portanto, seria uma aberração.

Em oposição à noção humanista e às conclusões das escolas etnológicas, partiam os teóricos da raça de três proposições básicas, respaldadas nos ensinamentos de uma antropologia de modelo biológico. A primeira tese afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre as raças humanas a mesma diferença encontrada entre o cavalo e o asno, o que pressupunha também uma condenação ao cruzamento racial. A segunda máxima instituía uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto desse mesmo pensamento determinista aponta para a preponderância do grupo “racio-cultural” ou étnico no comportamento do sujeito, confirmando-se enquanto uma doutrina de psicologia coletiva, hostil à ideia do arbítrio do indivíduo. (Schwarcz, 1993, p. 58-60)

Conforme mostramos, a concepção pseudo-científica de Salis Goulart sobre a mistura racial é radicalmente negativista, mas é importante destacar, por outro lado, e de forma paradoxal, que seu livro é politicamente *otimista* – no sentido conservador e na esteira da ideologia do branqueamento – diante do fenômeno racial no Rio Grande do Sul. Este otimismo é fruto da própria natureza do livro, que é, antes de tudo, uma obra política que procura pintar um quadro positivo da sociedade sul-rio-grandense. Salis Goulart representa o tipo de intelectual que Norberto Bobbio chama de ideólogo.

Este aspecto político leva o autor a marcar várias posições contraditórias sobre o fenômeno racial. Suas concepções científicas parecem ser mais pessimistas/condenatórias do que suas expressões políticas a respeito do “problema das raças” no Rio Grande do Sul. Por exemplo, mesmo depois de ter deixado claro o dano moral irreversível que a “obra nefasta do cruzamento das raças” de “psicologias antagônicas” causa para a formação de uma sociedade, afirma, de forma otimista – em sua concepção racista – com o depuramento racial, que:

Não há como negar, entretanto, a vantagem que teve o Rio Grande do Sul, relativamente ao fato de ser sempre aqui o coeficiente branco maior do que o negro ou índio. Isso contribuiu para que os aspectos da nossa História se tenham desenvolvido com aquela fisionomia, podemos dizer européia, cheia de humanismo, de generosidade, de probidade [...] Por esse motivo os elementos superiores puderam sempre guiar para o bem os inferiores, evitando que estes se desmandassem, enquadrando-os dentro de objetivos perfeitamente sociais. Os últimos foram vencidos, não só sob o aspecto social, como sob o antropológico. (Goulart, 1985, p. 107)

Essa passagem explicita uma flagrante violência simbólica para com as designadas “raças inferiores” (negros e índios), contra as quais defende o controle e a dominação, tanto sob o aspecto social, quanto sob o aspecto antropológico. Essa dominação, entretanto, é furtivamente legitimada, pois o autor utiliza-se de uma estratégia persuasiva para que o leitor concorde com o que propõe: se o coeficiente branco representa o humanismo, a generosidade, a probidade, é justo, e todos concordarão, que ele domine o coeficiente não branco. Mais do que isso, o coeficiente branco exerce um papel quase heroico de evitar que as “raças inferiores” se desmandem – pois o desmande é o primeiro passo para a instituição do caos. O problema é que essa ideia é uma construção representativa que não corresponde à objetividade histórica, é um discurso performativo, que propõe, e ao mesmo tempo afirma, uma representação, uma classificação.

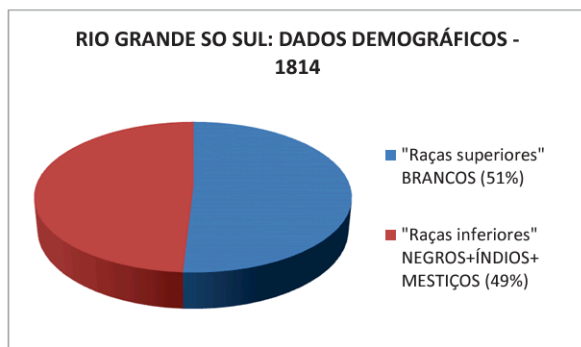
Outro aspecto político da avaliação da composição étnica do Rio Grande do Sul fica

claro a partir dos números demográficos apresentados e da avaliação que faz deles. O historiador é um agente social que traz consigo todo um sistema de valores, de preferências e classificações, não podemos dizer que o autor manipula os dados, mas é na interpretação deles que sua ideologia se expressa. Isso não significa necessariamente falta de valor científico de uma obra nas ciências humanas. (Lowy, 1998, p. 195-112)

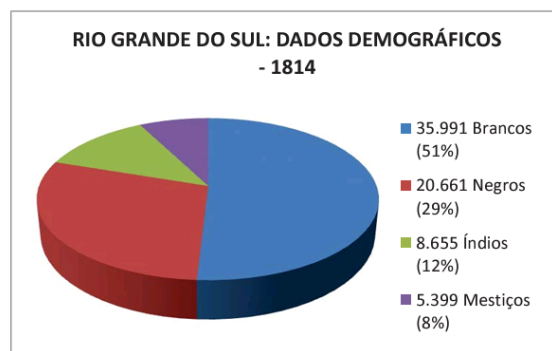
Nesse caso, o autor admite, de maneira contraditória com a avaliação pessimista que faz da miscigenação com o indígena no Prata, que a mescla com o indígena no Rio Grande do Sul “não foi tão pequena ao nosso ver.” Destaca que, “o que surpreendentemente distingue o tipo étnico que se está formando em nosso Estado, é este notável contingente de raça branca, fundida com menor coeficiente de sangue indígena e africano.” (Goulart, 1985, p. 177) Para ele, o regime de trabalho pastoril convergiu com a “natureza indolente” do indígena, possibilitando sua “solidariedade com os dominadores.” (Goulart, 1985 [1927], p. 178) A mesma condescendência não há para com a importância do africano e a sua miscigenação com o branco: “insignificante foi o contingente negro que para aqui veio em comparação com o de outras regiões do Brasil. O que até certo ponto explica a facilidade com que se registrou a abolição dos escravos entre nós.” (Goulart, 1985, p. 179)

Salis Goulart apresenta números demográficos da primeira metade do século XIX, época de consolidação da escravidão no Rio Grande do Sul. Vejamos nos gráficos abaixo os números apresentados pelo autor, em dois períodos distintos, 1814 e 1835.

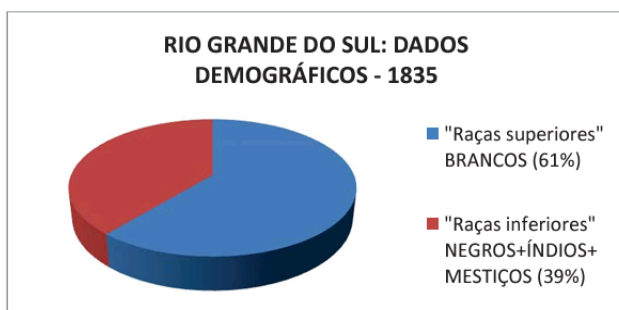
## Figuras I, II, III e IV - Dados dos censos demográficos de 1814 e 1835



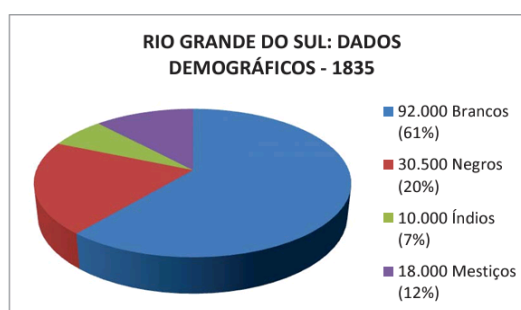
Fonte: Gráfico Elaborado Pelo Autor



Fonte: Gráfico Elaborado Pelo Autor



Fonte: Gráfico Elaborado Pelo Autor



Fonte: Gráfico Elaborado Pelo Autor

Conforme é possível observar nesses números, eles contrariam a argumentação apresentada por Salis Goulart de que o coeficiente de negros no Rio Grande do Sul era insignificante. A partir dos dados de 1814, nos dois primeiros gráficos, não se pode considerar que 29% de negros seja um número desprezível. Além disso, para o mesmo ano, se somarmos negros, índios e mestiços, ou seja, o conjunto de “raças inferiores”, elas somam a metade da população!

A mesma avaliação pode ser feita para os números de 1835. É claro que, proporcionalmente, aumentou o contingente de brancos, mas é necessário considerar que, a partir de 1820, o Rio Grande do Sul começa a receber o influxo da imigração alemã. Portanto, o distanciamento percentual dos brancos não se deveu, como quer fazer crer o autor em sua narrativa, ao puro crescimento vegetativo da *raça* branca, por melhor aptidão diante de “raças inferiores” condenadas à dominação, ao controle e à extinção. Além disso, do segundo para o primeiro período, houve aumento considerável do número de mestiços, saltando de 7% para 12%.

O ideal do branqueamento parece ser a linha projetada por Salis Goulart para o futuro do Rio Grande do Sul. Após apresentar os dados demográficos do século XIX, faz uma análise da situação contemporânea: “[...] o sangue negro bem depressa desaparece confundido no sangue branco, pois que atualmente se calcula em 85% da população total o coeficiente ariano.” (Goulart, 1985, p. 180)

Um dos desdobramentos do darwinismo social diz respeito ao ideal político de controle, ou mesmo eliminação, das “raças inferiores”, denominado eugenia. Conforme Lilia Schwarcz, a ideia da depuração genética teve na eugenia um verdadeiro movimento pseudo-científico, a partir da década de 1880. Era preciso controlar as “raças inferiores” e proibir casamentos inter-raciais, proporcionando o aprimoramento da população, uma concepção que veio com o imperialismo europeu e foi seguido na América Latina e na África. O problema da eugenia era seu caráter incompatível com a própria teoria evolucionista.

[...] punha-se por terra a hipótese evolucionista, que acreditava que a humanidade estava fadada à civilização, sendo que o termo degeneração tomava aos poucos o lugar antes ocupado pelo conceito de evolução [...] Para os autores darwinistas sociais, o progresso estaria restrito às sociedades “puras”, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória. (Schwarcz, 1993, p. 61)

Esse darwinismo social eugenista era, portanto, contrário à concepção evolucionista de miscigenação. Acabou por subverter a teoria original de Darwin, visto que não identificava capacidade evolutiva, mas sim degenerativa na raça humana.

Olhando bem, um aspecto dessa afirmação de Salis Goulart de que, em virtude da mistura, o sangue negro, bem depressa, desaparecerá confundido no sangue branco, chama a atenção: a concepção favorável à mistura racial, ou seja, o fato de que poderia haver um processo depurativo para o padrão branco no cruzamento racial. Essa percepção reforça nossa tese de que as posições de Salis Goulart são profundamente ideológicas e pouco rígidas teoricamente. Ora sua visão da miscigenação é pessimista, darwinista-social, vendo raças como fenômenos evolutivos prontos e de combinações incompatíveis. Ora é otimista, acreditando na possibilidade de melhoria genética através do cruzamento racial. Assim, avalia que, no Rio Grande do Sul, diante da realidade incontestável da miscigenação, o cenário racial é positivo e rumará para uma sociedade branca, “pelo afluxo sempre maior e cada vez mais crescente do sangue europeu, os mestiços tenderam e hão de tender sempre no Rio Grande do Sul a retornar, pelo fenômeno de regressão atávica ao tipo branco.” (Goulart, 1985,

p. 180)

É possível compreender esta contradição de Salis Goulart remetendo essa opinião à sua influência por Oliveira Vianna. Com efeito, apesar de seu racismo, esse intelectual possuía uma concepção da miscigenação adaptada à realidade brasileira. Não via a mistura racial nos moldes duros do darwinismo social clássico e, portanto, não encarava do ponto de vista da degeneração e sim da melhoria genética. Em *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1920, Oliveira Vianna apresenta a seguinte visão do *mulato*:

Em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do País. São aqueles que, em virtude de caldeamentos felizes, mais se aproximam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca. Caprichos de fisiologia, retornos atávicos, em cooperação com certas leis antropológicas, agindo de um modo favorável, geram esses mestiços de escol. Produtos diretos do cruzamento de branco com negro, herdam, às vezes, todos os caracteres psíquicos e, mesmo, somáticos da raça nobre. (Vianna, 2005, p. 170-171)

Nessa ideia da eugenia de Oliveira Vianna, os indivíduos de características mais eugênicas poderiam sobrepujar o sangue inferior. Esse processo estaria ligado a uma preponderância do componente branco na mestiçagem. Isso se deveria ao fato de que mesmo os indivíduos mais eugênicos das raças indígena e negra não seriam equiparáveis ao exemplar da eugenia branca. Para ele a organização do Estado estava intrinsecamente ligada ao caráter de seus componentes, portanto, era necessário um embranquecimento da população para que a administração pública pudesse ser eficiente. (Gaspar, 2010)

O ideal de uma sociedade majoritariamente branca projetado por Salis Goulart para o Rio Grande do Sul não pode ser definido como eugenista em sua concepção clássica, já que, na eugenia, não há miscigenação, mas é um projeto de branqueamento através da miscigenação e da “melhoraracial”, acreditando que a “genética branca” sobrepujaria a “genética negra”. Se não há um projeto claro em relação a isso, há, pelo menos, a construção de uma narrativa sociológica ideológica com este fim.

Para ratificar o percentual de 85% da população sul-rio-grandense “de coeficiente ariano”, Salis Goulart invoca o mais atualizado censo escolar municipal de Pelotas, que utiliza como parâmetro para o Rio Grande do Sul.

Neste censo, 87,35% das crianças matriculadas nas escolas eram brancas, portanto conclui que deveria servir como índice real de projeção da população geral do estado.

No referido censo o coeficiente das crianças de cor é de 12,75. É bem possível que este último número seja mais ou menos o mesmo para a população negra e mulata de todo o Estado. Nessa estatística escolar esse último coeficiente 12 para crianças de cor subdivide-se em dois: 9 representando os mistos e 3 os pretos. Isso demonstra que o número de indivíduos de cor pronunciada é insignificante e que o processo de clarificação vai sempre em progresso. (Goulart, 1985, p. 180)

Obviamente não podemos crer que no Rio Grande do Sul da década de 1920 um censo escolar, onde, é evidente, negros e indígenas estavam excluídos, possa ser considerado reflexo demográfico racial fidedigno da população geral. Além disso, é explícita a leitura ideológica do autor, para o qual estava em curso no Rio Grande do Sul um ambíguo, já que não logicamente e cientificamente explicado, processo de clareamento populacional.

Linhas atrás também destacamos o resultado político das teorias raciais para hierarquizar as sociedades e o papel dos indivíduos de acordo com seus respectivos “grupos raciais”. Para o teórico racista, o mesmo grau de inferioridade física corresponderia à inferioridade moral e intelectual. Para o Rio Grande do Sul, a avaliação do cenário e o prognóstico projetado é o seguinte:

Os elementos inferiores que existem no seio do nosso povo, disciplinados pelos fatores de escol, não poderão entrar “a marcha” ascendente dos nossos grandes destinos. Antes, dirigidos e orientados para o bem, constituirão também elementos para o advento de uma grande magnífica civilização. [...] Os elementos rio-grandenses [...] mais aptos para a civilização, têm assumido sempre a direção dos demais (índios, negros) fazendo-os progredir sob uma forte e constante orientação. Os batalhões de índios que tivemos, as forças de negros e mulatos que tomaram parte em diversas pugnas difíceis da terra rio-grandense, comandados por oficiais de raça branca, são a prova mais cabal de que os elementos inferiores aqui foram conduzidos para objetivos perfeitamente sociais. Essa orientação dirigente e dominadora dos elementos eugênicos é tanto mais notável quando eles tendem a aumentar em vista das constantes imigrações, bem como decrescente diminuição das raças inferiores revelada pela estatística. [...] no Rio Grande, [...] sempre o elemento racial inferior foi dominado pelo superior, nunca sendo verificada aqui a desorganização social produzida pela indisciplina de raças de que é exemplo a amargurada república do Haiti. (Goulart, 1985, p. 190-191)

Vemos que, mais do que a eliminação física das “raças inferiores”, era preciso enquadrá-las, ideológica, política e economicamente. Estamos preocupados aqui com o aspecto político da obra deste autor. Acreditamos, com Norberto Bobbio, que os intelectuais

ideólogos elaboram princípios com base nos quais uma ação é justificada: “em sentido forte, a ação é legitimada pelo fato de estar conforme com os valores acolhidos como guia de ação.” (Bobbio, 1997, p. 73) Nesse sentido, os dados apresentados sobre as parcelas de cada categoria racial são lidos de acordo com seu ideal de sociedade, um ideal conservador na perspectiva de reprodução e aprimoramento das relações de poder já existentes e não na sua superação. A obra de Salis Goulart, neste ponto, é ostensivamente política, pois que o autor projeta sua análise para um ideal de sociedade. Não apenas como as relações de poder entre as diferentes *raças* são, como, também, deverão se reproduzir no futuro político, econômico e social desta sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos a forma como uma obra clássica da historiografia sul-rio-grandense contribuiu para a construção de uma identidade étnico-histórica embranquecida sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul. A obra de Jorge Salis Goulart representa a primeira interpretação sociológica sistêmica da formação do estado do Rio Grande do Sul. Consideramos que apresenta o arquétipo mais exemplar das lutas pela imposição de representações e classificações da sociedade sul-rio-grandense. Não há em *A Formação do Rio Grande do Sul* sugestões, sutilezas, ilações, mas sim uma violência simbólica clara, que defende um passado idílico e nega a exploração e a violência física. De forma politicamente clara, propõe uma classificação social baseada em critérios racistas, onde cada etnia deve ter e reconhecer o seu *devido lugar*.

Talvez os conceitos de luta de representações e de violência simbólica sejam úteis para compreendermos o sentido da obra. Roger Chartier lembra que, diante do recuo da violência física, abre-se a necessidade da violência simbólica. No caso da transição, na sociedade ocidental, do período medieval para o moderno, “o confisco, pelo Estado, do monopólio sobre o emprego legítimo da força faz com que os enfrentamentos sociais baseados nas confrontações diretas, brutais, sangrentas, cedam cada vez mais lugar a lutas que têm por armas e por objetos as representações.” (Chartier, 1994, p. 105)

Podemos pensar se não há uma correlação aproximada entre este fenômeno apontado por Chartier e a transição, no Brasil, da sociedade escravista para a baseada no trabalho livre e, neste passo, da mudança de condição jurídica e política do negro escravizado para a de

cidadão livre. Diante da mudança jurídica, este homem não está mais sujeito, legalmente, à punição física. Não cessou (e aprimorou-se), entretanto, o exercício contra ele de uma condenação, um controle, uma violência simbólica.

Além disso, obras como esta exercem uma função pedagógica de inculcação simbólica da inferioridade ou da anulação. De forma repetida, uma afirmação que é apenas isto, ou seja, é apenas uma intenção, uma vontade, torna-se uma representação do real e desta forma passa a regular as relações sociais concretas. De acordo com Bourdieu, citado por Chartier, uma violência simbólica “só tem êxito na medida em que aquele que a sofre contribui [sic] para sua eficácia; só o constrange na medida em que está predisposto, por uma aprendizagem prévia, a reconhecê-la.” (Chartier, 1994, p. 104)

---

## NOTAS

<sup>i</sup> Ieda Gutfreind defende a existência de duas matrizes fundamentais da historiografia sul-rio-grandense. “Matriz platina” e “matriz lusitana”, a partir das qual diferentes autores defenderam uma aproximação com a história da região do Prata ou um afastamento de caráter nacionalista. Conferir GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1998.

## REFERÊNCIAS

**A Conquista do Oeste**. Direção de Joice Bruhn, Rafael Figueiredo e Rubens Bandeira. Porto Alegre: RBSTV, 2004. DVD duplo, son., color.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1997.

CHARTIER, Roger. **A história hoje**: dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos. Vol. 7, n. 13. Rio de Janeiro: p. 97-113, 1994.

GASPAR, Walter B. **Nina Rodrigues e Oliveira Vianna**: Interpretações do Brasil. FGV – DIREITO RIO, 2010-2. Disponível em: <<http://academico.direitorio.fgv.br.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: EDUCS, 1985 [1927].

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1998.

LÖWY, Michel. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MAESTRI, Mário. **O gaúcho negro: o cativo e a fazenda pastoril**. Disponível em: <[biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/aladaa/maestri.rtf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/aladaa/maestri.rtf)>. Acesso em: 18 set. 2014.

MARTINS, Jefferson Teles. **O pensamento histórico social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo “campo” intelectual rio-grandense na década de 1920**. Dissertação (Mestrado em História) PUCRS. Porto Alegre, 2011.

MOURA, Clovis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

OSÓRIO Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coord.) **Colônia**. v. 1. Passo fundo: Méritos, 2006.

SARMIENTO, Domingo F. **Facundo: civilización y barbarie**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Os intelectuais regionais**. Disponível em: <http://luisrodolfovilhena.googlepages.com/IntelectuaisregionaisRBCS.pdf>. S/D. Acesso em: 03 jun. 2014.